

## FORMAÇÕES DISCURSIVAS NOS PRONUNCIAMENTOS DAS SENADORAS SOBRE O IMPEDIMENTO DE DILMA ROUSSEFF

Antonio Barros<sup>1</sup>  
Myrian Violeta Cavalheiro<sup>2</sup>  
DOI: 10.29327/2282886.7.1-4

**RESUMO:** Este estudo analisa como se comportaram discursivamente, durante o julgamento do *impeachment* de Dilma Rousseff, as mulheres que compunham o Senado Federal, instância responsável por julgar o impedimento dos presidentes da República. Para isso, buscou-se identificar, nas manifestações orais no ambiente do plenário, naquele período, indícios que permitissem identificar as principais formações discursivas relativas aos discursos das senadoras favoráveis e contrárias ao *impeachment*.

**Palavras-Chave:** Poder Legislativo; Análise de Discurso; *Impeachment*; Política e gênero; Desigualdade política.

## FORMACIONES DISCURSIVAS EN LAS PRONUNCIACIONES DE LOS SENADORES SOBRE EL IMPEDIMENTO DE DILMA ROUSSEFF

**RESUMEN:** Este estudio analiza cómo las mujeres que componían el Senado Federal, órgano encargado de juzgar el juicio político a los Presidentes de la República, se comportaron discursivamente durante el juicio político a Dilma Rousseff. Para ello, buscamos identificar, en las manifestaciones orales en el ámbito plenario, en ese período, evidencias que permitieran identificar las principales formaciones discursivas relacionadas con los discursos de los senadores a favor y en contra del juicio político.

**Palabras clave:** Poder Legislativo; Análisis del discurso; El proceso de destitución; Política y género; Desigualdad política.

## DISCURSIVE FORMATIONS IN THE PRONOUNCEMENTS OF WOMEN'S BENCH IN THE BRAZILIAN SENATE ON THE IMPEACHMENT OF DILMA ROUSSEFF

**ABSTRACT:** This study analyzes how the women who made up the Federal Senate, the body responsible for judging the impeachment of presidents of the Republic, behaved discursively during the impeachment trial of Dilma Rousseff. For this, we sought to identify, in the oral manifestations in the plenary environment, in that period, evidence that allowed the identification of the main discursive formations related to the speeches of the senators in favor and against the impeachment.

**Keywords:** Legislative Branch; Discourse Analysis; Impeachment; Genre; Inequality.

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1999), com estágio pós-doutoral pela Universidade Fernando Pessoa, Portugal (2008). Docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação da Câmara dos Deputados.

<sup>2</sup> Mestre em Poder Legislativo, pós-graduada em Direito Legislativo, pós-graduada em Orçamento Público e graduada em Comunicação Social. Servidora efetiva do Senado Federal.

## INTRODUÇÃO

O ambiente do Poder Legislativo pode ser considerado um dos mais intensos locais de manifestação do discurso político, seja por pronunciamentos ou por meio das inúmeras posturas de seus personagens, incluindo votar ou não votar, em alguns casos. Os espaços e instâncias de debate parlamentar são reconhecidos na literatura como relevantes porque são inerentes ao poder de palavra, típico do mandato (MOREIRA, 2016; 2020; BARROS, 2020; BARROS; BARBOSA, 2020). Tais espaços também são permeados pelas desigualdades políticas, que se refletem especialmente nas assimetrias de gênero (BIROLI, 2018).

É possível vislumbrar, neste cenário, um desafio de análise quando se parte do pressuposto de que todo discurso político pretende persuadir a audiência. Em que pese a clareza do posicionamento ideológico do parlamentar, o discurso desse ator político deve ser congruente com o que se espera dele, uma vez que foi eleito pelo que se comprometeu em representar. Afinal, representar “significa agir no interesse dos representados, de uma forma responsiva a eles” (PHILLIPS, 2001, p. 271).

Dos políticos, espera-se que um pronunciamento, uma intervenção oral, um texto, uma postura, emprestem sentido ao que está sendo comunicado e, acima de tudo, que se aproxime do que se pretende como verdade (BARROS, 2020). E mais além, em muitos contextos, estes atos servem para contrapor outros discursos tão arraigados no imaginário coletivo, como os da mídia, por exemplo. Debruçar-se sobre o tema se torna mais instigante quando se parte da premissa de que existem verdades, no plural. Cada ser, cada grupo, cada comunidade no espaço de sua própria verdade, contrapondo-se a outras verdades, por meio da argumentação.

Uma das ferramentas mais importantes do Parlamento, desde os primórdios, é o pronunciamento. E, na medida em que a Análise do Discurso (AD) espera descrever o funcionamento dos discursos nos momentos em que estes acontecem, este gênero discursivo singular é um manual para observar a aplicação da dimensão argumentativa no momento em que a manifestação oral acontece (CHARAUDEAU, 2017). Concebendo-se argumentação tal qual Amossy (2011), “como a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (AMOSSY, 2011, p. 130).

O discurso construído em torno da desigualdade entre homens e mulheres já é muito estudado em termos políticos. Entretanto, poucos estudos se debruçam sobre o tema no

**Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 69-93 70**

discurso construído no Poder Legislativo e, mais especificamente, poucos tomaram para si a tarefa de examinar as manifestações orais das parlamentares no caso específico do *impeachment* da ex-presidente da República, Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, para delinear a formação discursiva em torno da identidade da mulher na política.

Dentre os raros estudos brasileiros, Silva e Sampaio (2017) analisaram as páginas das 13 senadoras que participaram do processo de impedimento, na plataforma do Facebook, bem como as interações dos usuários dessa rede social, com vistas a “verificar as especificidades dos diferentes discursos do ódio e as características semânticas” (SILVA; SAMPAIO, 2017). A premissa dos estudiosos é que seria possível observar, por meio de tais interações, se havia manifestações preconceituosas de cunho misógino e sexista. Porém, a atual produção acadêmica, carece de investigações sobre as falas dessas mulheres, em relação ao processo do impedimento da presidente da República, no ambiente do plenário do Senado, em tribuna ou outros debates. Trata-se de um processo relevante, uma vez que diz respeito à primeira e única mulher eleita para a Presidência da República.

Foi exatamente uma disputa de poder materializada nos discursos o que se observou durante o processo do *impeachment* no Congresso Nacional. Nesse período, era comum nas intervenções nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o constante desfile de argumentos dos que estavam a favor do impedimento e dos que estavam contra. Cada parlamentar, independente se homem ou mulher, com a sua verdade, em busca de convencer a audiência, nesse contexto de lutas discursivas.

Importa investigar o posicionamento discursivo das senadoras ao longo das discussões sobre o impedimento da presidente Dilma Rousseff, no Senado Federal, para compreender se os argumentos conduziam os sentidos para reforçar a existência de uma desigualdade entre homens e mulheres, sobretudo na política.

Para alcançar o objetivo proposto, este trabalho, de modo específico, contabilizou o número de pronunciamentos proferidos pelas 13 senadoras no período de 2 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, no Plenário do Senado Federal. Dentre o número encontrado, fez-se uma separação daqueles que trataram especificamente do tema do *impeachment*, para desse modo mapear quem (e quantas vezes) utilizou a palavra no plenário abordando o assunto e, ao final, investigar o comportamento discursivo delas, por meio dos pronunciamentos, com ênfase na identidade construída sobre as próprias mulheres.

Diante dos pressupostos apresentados, o mapeamento levado a cabo no presente estudo pretende examinar se os argumentos das senadoras foram capazes de influenciar os

legisladores no momento de votar o impedimento. Antes da análise apresenta-se um breve panorama sobre a participação das mulheres na política, além dos conceitos centrais para fundamentar a análise e a descrição dos procedimentos metodológicos.

## 1. PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA E A SUB REPRESENTAÇÃO

Diversos estudos apontam as condicionantes da sub-representação política de certos grupos, como o de mulheres, nas democracias. Dentre essas teorias, importam para este estudo algumas considerações sobre a “política de ideias”, a “política de presença” e a “política da diferença”. Phillips (2001) alerta que “a noção de que representação justa implica representação proporcional de acordo com características sociais tais como etnicidade ou gênero é controversa” (PHILLIPS, 2001, p. 286). Entende a autora que a tendência do grupo dominante, de permitir a participação política de grupos minoritários, sempre está limitada pelo próprio desejo de manutenção do poder.

Para Phillips (2001), a “política de ideias” mantém os cidadãos atentos às diferenças políticas que os dividem e colaboram para alianças entre diferentes grupos como mulheres e homens, brancos e negros, muçulmanos e católicos. Entretanto, quanto maior a ênfase para as diferenças sociais, ocorre mais um paradoxo e as mudanças necessárias são barradas (PHILLIPS, 2001). Young (2006) alerta para as possibilidades de se criar exclusões opressivas caso se alcance a unificação pretendida pela representação de grupos, uma vez que integrantes de uma coletividade como de gênero, racial, religioso, entre outros, têm histórias de vida variadas, com interesses e posicionamentos ideológicos diferentes, que os tornam extremamente distintos entre si e que ainda assim não os impede de manter relacionamentos entrelaçados (YOUNG, 2006).

Phillips (2001) explica que “política de ideias” se refere à política como uma questão de julgamento e debate, onde as lealdades se calcam mais em torno de programas políticos e menos que em pessoas. Neste tipo de prática, entende que a escolha de representantes baseados em suas crenças, opiniões ou no partido que representam, serve somente para promover uma mera fachada de ampla discussão, por trás da qual quem tem dinheiro ou acesso à mídia garante a reeleição.

Para a estudiosa, embora os mecanismos de responsabilização e prestação de contas tendam a minimizar a importância dos indivíduos eleitos, a “política de ideias” não seria exatamente a melhor maneira de proteger os interesses minoritários, muito menos de garantir engajamento político (PHILLIPS, 2001). Em relação ao poderio econômico, Young (2006) inclusive prescreve que “igualdade política pode requerer a garantia de acesso à mídia aos

grupos de interesse com poucos recursos, ou a limitação da capacidade dos grupos mais abastados de dominar os canais de influência pública” (YOUNG, 2006, p. 178).

Já a “política de presença”, discorre Phillips (2001), se apresenta para desafiar a “política de ideias”, na medida em que a ênfase não se dá na diferença de opiniões e sim na presença mais igualitária de homens e mulheres, diferentes grupos étnicos e outros grupos que não se reconhecem como representados (PHILLIPS, 2001). Young (2006) corrobora essa tese citando que “mulheres de muitos cantos do mundo, por exemplo, apontam que legislaturas ocupadas majoritariamente por homens não podem representar devidamente as mulheres” (YOUNG, 2006, p. 140).

Explica Phillips (2001) que o movimento autônomo de mulheres custou a se desenvolver devido a, exatamente, um grupo que defendia a possibilidade de separação entre ideias e presença. A “política de presença” é aquela na qual mecanismos especificamente políticos associam representação justa com presença política e enfatizam mudanças considerando gênero, raça ou etnicidade dos representantes como condição do que os torna representativos, além de procurar alguma garantia de presença igual ou proporcional. Há a intervenção deliberada, inclusive necessária, para romper a ligação entre a desigualdade ou exclusão sociais e o reflexo político delas nos níveis de participação ou influência. Tais mecanismos seriam também condição prévia para a transformação social de longo prazo (PHILLIPS, 2001).

Young (2006) defende que a “política da diferença” para a representação especial de grupos surge como alternativa, uma vez que “práticas representativas diferenciadas são um importante instrumento de inclusão política” (YOUNG, 2006, p. 142). Afirma que a representação não se reduz a uma relação de identidade ou substituição, pois envolve um processo de mediação dos eleitores com os representantes. A representação, concebida sob a ideia da diferença, descreve um relacionamento entre atores plurais, onde o que foi produzido no passado e o que pode ser antecipado no futuro, deixa vestígios nas ações dos representados e representantes.

Young (2006) afirma concordar que partidos políticos podem ser um importante instrumento para aplicar princípios de representação inclusiva, desde que estes dediquem atenção especial aos grupos e a medidas compensatórias à sub-representação destes. A diferença então, do ponto de vista político, entre mulheres e homens (e entre outros grupos sub-representados) não é uma diferença intrínseca. Tem a ver com a estrutura social, ou seja, está ligada às posições que estes indivíduos ocupam em dada formação social (YOUNG, 2006).

## 2. ANÁLISE DE DISCURSOS E FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Para Foucault (2006a), o discurso não apenas se reduz ao que manifesta ou oculta o desejo, como também é aquilo que é, em si, o objeto do desejo. Desse modo, não é somente o que decifra os conflitos nem os sistemas de dominação; é também aquilo pelo que se luta e o poder do qual se quer apoderar. Afirma que o discurso “está na ordem das leis” e que se existe algum poder no discurso é aquele dado pelos atores discursivos. O discurso é, em sua realidade material, a coisa pronunciada ou escrita; e também de “existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence” (FOUCAULT, 2006a, p. 8). É o meio pelo qual a realidade e os seus sentidos são fixados.

No âmbito metodológico da AD Francesa, convém salientar as contribuições fundadoras de Foucault (2015), especificamente no que se refere à noção de **formação discursiva**. Nesse contexto, o filósofo propõe analisar os discursos a partir das regularidades da dispersão. Conforme apresentado anteriormente, é na regularidade da dispersão dos enunciados que se encontra a formação discursiva:

Antes de se ocupar com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma **descrição dos acontecimentos discursivos** como horizonte para a busca das unidades que aí se formam (FOUCAULT, 2015, p. 32-33, grifo do autor).

A noção de *formação discursiva* é, ao mesmo tempo, relacional e segregacional, pois tanto funciona para articular e relacionar sentidos quanto para demarcar fronteiras discursivas e ideológicas. Além disso, uma formação discursiva é diretamente condicionada pelo contexto social e histórico de produção dos discursos. Isso significa que certos discursos só emergem na sociedade em função de uma determinada conjuntura sócio-histórica que favorece a visibilidade e o debate sobre determinadas pautas políticas, econômicas e culturais. Associam-se, portanto, possíveis convergências ou oposições ideológicas que podem promover ou inibir o debate público.

A formação discursiva resulta de certas ordens discursivas que conformam sentidos, em consonância com as posições dos sujeitos, cuja efetividade ocorre com a transformação das formações discursivas em práticas discursivas, historicamente determinadas. Segundo a proposta conceitual de Foucault (2005 [1969], p.14), a formação discursiva constitui uma *epistème* de uma época, ou seja, uma espécie de teoria ou um estoque de saberes produzido em um determinado contexto. Essa *epistème* “define os limites e as formas da dizibilidade, os limites e as formas da memória tal como ela surge nas diferentes formações discursivas”.

De modo mais específico, o autor define *epistème* como

o conjunto das relações que podem unir, numa época dada, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se operam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização (...) A *epistème* não é uma forma de conhecimento ou um tipo de racionalidade (...) é o conjunto das relações que podemos descobrir, para uma época dada, entre as ciências quando as analisamos ao nível das regularidades discursivas (FOUCAULT, 2005 [1969], p.24).

Para Orlandi (1999, p.42) a formação discursiva “se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. Assim, “palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes”, complementa a autora (p.43). Aqui está a interrelação inevitável entre formações discursivas e formações ideológicas, como lembra Foucault (2009). Para o autor, uma formação discursiva está sempre atrelada a uma formação ideológica, que lhe conforma e permite sua emergência e visibilidade social e política. É como se a formação ideológica fosse um substrato oculto, mas funciona como suporte histórico, ao permitir ou impedir a emergência de certas ideias e sentidos inseridos em um contexto discursivo.

Ao se estabelecerem social e historicamente as formações discursivas contribuição para a constituição de campos de saberes (discursos), os quais são diretamente relacionados a campos de poder (ideologia). Ao se apropriar das ideias de Foucault, Pêcheux (1988) explica que uma formação discursiva é diretamente condicionada por uma formação ideológica, no sentido de que é a ideologia que permite o que pode ser dito e como, seja na forma de um manifesto, de um panfleto, de uma exposição, de um programa político, etc. Em suma, a formação ideológica, embora imaterial, está na base das formações discursivas, que se caracterizam pela materialidade dos discursos e suas regras de funcionamento. São essas regras que disciplinam a distribuição de sentidos, as modalidades de enunciação, a formação de conceitos e as escolhas temáticas. Da mesma forma, são elas que regulam as condições de existência e coexistência de regimes de verdade, sua manutenção, legitimação, modificação e desaparecimento ou apagamento (SASSIER, 2008).

Uma formação discursiva, portanto, funciona como um sistema de nomeação e classificação dos sentidos socialmente produzidos em uma determinada época ou contexto. Trata-se de um sistema, uma ordem discursiva que serve para classificar, aproximar ou diferenciar visões sobre o mundo social e suas interpretações. É como um regulador interno

que disciplina conceitos e olhares, extrapolando as regras sintáticas e semânticas, embora sem delas prescindir. Assim, uma formação discursiva pode ser entendida como um produto culturalmente codificado, na forma de um *a priori histórico* ou *épistème*, entendida como a configuração de saberes de uma determinada época sobre um tema socialmente relevante. É com base nessa visão foucaultiana que Pêcheux (1990: 1412) afirma que “o laço que liga as significações de um texto às suas condições sócio-históricas, não é secundário, mas constitutivo das próprias significações”.

A noção de formação discursiva implica ainda considerar as complexidades das condições sociais de produção e das práticas discursivas, relacionadas com as demais formações sociais. Destacam-se nesse processo a contínua interrelação entre o espaço discursivo e ideológico, numa tensão que impulsiona o desenvolvimento das formações discursivas, envolvendo intrincadas relações de poder, dominação, contradições e interdições. Envolve em jogos e disputas discursivas, as formações discursivas se consolidam como sistemas de representação do mundo social, cujos sentidos podem ser rejeitados ou absorvidos e legitimados pelos discursos dominantes numa determinada época. Entretanto, como salienta Pêcheux (1990), uma formação discursiva não constitui necessariamente como um bloco semântico homogêneo, atrelado sempre a uma ideologia dominante.

Assim, é possível que variados discursos sejam derivados da mesma formação discursiva, porém de forma heterogênea, pois a formação discursiva não determina necessariamente os sentidos e os regimes de verdade, mas as condições sociais e históricas de produção e circulação desses discursos. Um exemplo é o estudo de Rice (1992) sobre as formações discursivas acerca da dependência química a partir de histórias de vida. A conclusão do autor é que o discurso dominante sobre drogas produz uma formação discursiva única, porém com histórias de vida diferentes, sendo algumas de superação e empoderamento pessoal e outras de sujeição e vitimização diante do poder da dependência.

A própria dinâmica das formações discursivas (re)define as regularidades e lógicas que legitimam conceitos, sentidos, objetos de discussão pública e sujeitos habilitados a se pronunciar nas arenas públicas de discussão. É a partir do conceito de formação discursiva que Foucault define discurso, como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”, embora com suas variações e dispersões (FOUCAULT, 2009, p.133). O principal pressuposto inerente ao conceito de formação discursiva é o de que a organização social é fundamentalmente discursiva, pois é pelo discurso que o mundo social é criado, representado, interpretado e socialmente reproduzido (ACHARD, 1995, p.84). Logo, uma formação discursiva “é a estruturação do espaço social

por meio da diferenciação de discursos”. Tal diferenciação é baseada em princípios de regularidade e acumulação de enunciados que se organizam na forma de registros discursivos, socialmente construídos, cujos procedimentos sociais de construção de sentidos atribuem *status* semânticos positivos ou estigmatizados (ACHARD, 1986).

Em suma, uma formação discursiva constitui

um conjunto articulado, mas heterogêneo, de discursos, ou seja, de sistemas de regras de produção de sentido. Uma formação discursiva já está hegemônica por um determinado discurso dentro de uma pluralidade. Não é um todo monolítico, fechado em si, mas produz efeitos de posicionamento, autorização e restrição sobre os sujeitos que nela se constituem ou expressam (BURITY, 2008, p. 42).

É com base nesses pressupostos que a análise será estruturada, conforme será abordado na sequência no texto. Antes, contudo, é cabível discorrer sobre o perfil da mulher cujo impedimento foi objeto do debate entre as senadoras.

### **3. OS DISCURSOS DAS TREZE MULHERES: QUEM ELAS JULGARAM**

Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG). É a segunda de três filhos de um imigrante búlgaro com uma brasileira. Aos 16 anos, passou a integrar organizações de combate ao regime militar. Condenada por subversão, permaneceu presa de 1970 a 1972, no presídio Tiradentes, na capital paulista.

Já em liberdade, se mudou para Porto Alegre em 1973. Em 1979, com o marido Carlos Araújo, ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), no Rio Grande do Sul. Em 1989, ano da primeira eleição presidencial direta após a ditadura militar, participou da campanha de Leonel Brizola à presidência da República e, no segundo turno, saiu às ruas por Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Dilma ocupou por duas vezes o cargo de Secretária de Estado de Minas e Energia do Rio Grande do Sul: em 1993, no governo de Alceu Collares (PDT) e em 1998, com Olívio Dutra (PT). Em 2000 filiou-se ao PT. Em 2002, foi convidada a participar da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). Foi ministra de Minas e Energia do primeiro governo Lula. Em 2005, passou a ocupar a chefia da Casa Civil e assumiu o comando de programas estratégicos como o “Programa de Aceleração do Crescimento” (PAC) e o de habitação popular “Minha Casa, Minha Vida”. Coordenou ainda a Comissão Interministerial que definiu as regras para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na camada pré-sal.

Em março de 2010, Dilma e Lula lançaram a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), com as metas maiores que da primeira versão. Em 03 de

abril do mesmo ano, Dilma deixou a equipe do governo federal para se candidatar à presidência da República, oficializada em 13 de junho. Aos 63 anos de idade, foi eleita a 36ª presidente do Brasil, e primeira mulher nesse cargo, com 55.752.529 de votos no segundo turno das eleições (BRASIL, 2010). Seu vice era o ex-deputado Michel Temer (MDB). A presidente Dilma Rousseff e o vice-presidente Michel Temer seriam reeleitos, em 2014, com 51,64% dos votos válidos, ou 54.501.118 em números absolutos, obtidos também em segundo turno (BRASIL, 2019).

O processo do *impeachment* teria se dado em função da retirada de apoio do PT, partido da presidente, e do MDB, partido do vice, porque Dilma teria insistido na reeleição e não cumprido acordo de que o candidato do partido, em 2014, seria o ex-presidente Lula (MORENO, 2017). Miguel (2016) define o impedimento da presidente como “golpe parlamentar”, levado a cabo por setores do Estado, meios de comunicação e empresários.

#### 4. QUEM ERAM AS 13 MULHERES QUE PARTICIPARAM DO DEBATE

Existiam no TSE, registrados, em janeiro de 2020, 33 agremiações partidárias (Brasil, 2020). Usou-se como referência, para distribuir as legendas no espectro ideológico, os estudos de Carreirão (2006), Krause e Godoi (2012) e a autodenominação feita pelos próprios partidos a um questionário aplicado pelo jornal O Globo, em março de 2016. Os critérios de Codato, Berlatto e Bolognesi (2018) foram também considerados. Legendas antigas foram atualizadas, partidos extintos retirados e os novos (fundados ou surgidos de fusão) foram incorporados nesta classificação, conforme exposto no Quadro 1.

**Quadro 1 - Distribuição dos partidos políticos no espectro ideológico**

Direita	Centro	Esquerda
DEM	AVANTE	PCdoB
NOVO	CIDADANIA	PCB
PL	DC	PCO
PP	MDB	PDT
PRTB	PATRIOTA	PSB
PSC	PMB	PSOL
PSD	PMN	PSTU

PSL	PODE	PT
PTB	PROS	SOLIDARIEDADE
PTC	PSDB	UP
REPUBLICANOS	PV	
	REDE	

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE (2020).

O Quadro 2 mostra a distribuição nominal das 13 senadoras, no espectro ideológico, conforme o partido que integravam no ano de 2016.

### Quadro 2 - Distribuição das senadoras no espectro ideológico

ESQUERDA	PARTIDOS	CENTRO	PARTIDOS	DIREITA	PARTIDOS
Ângela Portela	PDT	Kátia Abreu	PP	Ana Amélia	PP
Fátima Bezerra	PT	Marta Suplicy	MDB	Maria do Carmo Alves	DEM
Gleisi Hoffmann	PT	Rose de Freitas	Podemos		
Lídice da Mata	PT	Simone Tebet	MDB		
Lúcia Vânia	PSB				
Regina Sousa	PT				
Vanessa Grazziotin	PCdoB				

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Senado Federal (2019).

O levantamento a seguir foi feito na página do Senado Federal, acessando a aba Senadores e em seguida a opção Pronunciamentos. Desse resultado, montou-se uma tabela com todos os pronunciamentos. Em seguida, procedeu-se a leitura minuciosa de cada um, para verificar se o objeto *impeachment* havia sido abordado. Os que tratavam do assunto foram separados para contabilização, cujo resultado está na Tabela 1. Fez-se uma segunda leitura, pormenorizada, para apreender as abordagens feitas. Aplicou-se, então, a metodologia escolhida, em repetidas leituras posteriores, para proceder a análise.

Juntas, as 13 mulheres que integravam a 55<sup>a</sup> Legislatura proferiram 621 manifestações orais entre os dias 2 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016. Desse

universo, 273 manifestações abordaram o tema do *impeachment*. As três primeiras com maior número de manifestações de fala foram as senadoras da base de apoio da presidente Dilma: Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), com 69 pronunciamentos; Gleisi Hoffmann (PT-PR), com 48; e Fátima Bezerra (PT-RN), com 45. Marta Suplicy (MDB-SP) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE) usaram a palavra apenas uma vez no período para tratar do tema.

Procedeu-se uma distribuição em termos percentuais do número total de pronunciamentos de cada parlamentar em relação ao uso deste gênero discursivo para tratar do assunto. Comparados ao número total de pronunciamentos (100%) em plenário, verificou-se que 43,96% se realizaram com o intuito de abordar o processo de *impeachment*. Sob esse critério, considerou-se que a senadora Maria do Carmo Alves, por ocupar a tribuna somente uma vez nesse lapso temporal e apenas para falar sobre o impedimento, usou 100% do tempo de fala em plenário para abordar o tópico. Licenciada, retornou ao cargo em maio de 2016 para votar no processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff. Ainda sob o critério escolhido, a senadora Ângela Portela (PDT-RR) foi a que mais dedicou o próprio tempo de fala para tratar da questão: 92,85%.

Das quatro senadoras classificadas ao centro, apenas Kátia Abreu (PP-TO), à época no MDB, e que defendia a permanência da presidente Dilma no cargo, ultrapassou a casa dos 50%. As senadoras de centro que defendiam o impedimento, Marta Suplicy (MDB-SP) e Simone Tebet (MDB-MS), não dedicaram tanto tempo de fala ao tema; a primeira abordou a questão em apenas um dos dez pronunciamentos que proferiu no período, o equivalente a 10% do tempo total de fala. Simone Tebet (MDB-MS) foi a segunda colocada em números absolutos, entre as senadoras que defendiam o impedimento e a primeira, entre as de centro, com 15 pronunciamentos. Entretanto, em termos percentuais, dedicou ao assunto menos do próprio tempo de fala (42,85%) que Kátia Abreu. A outra senadora de centro, Rose de Freitas, que deixou o MDB em abril de 2018 e se filiou ao Podemos, foi designada líder do Governo no Congresso Nacional pelo presidente em exercício, Michel Temer, em junho de 2016, e usou 20% do próprio tempo de fala para tratar do impedimento.

Uma das duas senadoras classificadas no espectro ideológico como de direita, Ana Amélia (PP-RS), usou 30% do seu tempo de fala em plenário no período para abordar o *impeachment*. Em números absolutos foi, dentre as parlamentares de direita e centro, a que mais se pronunciou sobre a questão, o que a destaca na presente análise como contraponto aos argumentos das senadoras de esquerda. Todos os 64 pronunciamentos, resultado da soma das falas das senadoras de direita e centro, sobre o impedimento, não alcançam o total proferido por uma única parlamentar da base aliada da presidente Dilma Rousseff, e campeã de uso da

palavra para tratar o assunto, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que falou em 69 momentos diferentes.

Ainda sob o parâmetro da percentualidade do tempo da própria fala, verificou-se que seis, das sete senadoras classificadas no espectro ideológico como de esquerda, dedicaram acima de 40% de suas manifestações orais em plenário para defender a presidente Dilma Rousseff. Excetuando as senadoras Marta Suplicy e Rose de Freitas (PODE-ES), ambas de centro, o tempo médio de fala das outras 11 senadoras foi acima de 30% para discorrer sobre o tema, seja para defender a permanência da presidente na função, seja para pedir a saída de Dilma. Essa ocupação está resumida na Tabela 1, a seguir:

**Tabela 1 – Frequência que as senadoras usaram a palavra entre 02/12/15 e 31/08/16 e uso do tempo para tratar do *impeachment***

Senadora	Partido	Estado	Número de pronunciam	Sobre o <i>Impeachment</i>	Em %
Ana Amélia	PP	RS	109	33	30,27%
Ângela Portela	PDT	RR	14	13	92,85%
Fátima Bezerra	PT	RN	95	45	47,36%
Gleisi Hoffmann	PT	PR	85	48	56,47%
Kátia Abreu	MDB (PP)	TO	13	09	69,23%
Lídice da Mata	PSB	BA	31	10	32,25%
Lúcia Vânia	PSB	GO	23	11	47,82%
Maria do Carmo Alves	DEM	SE	01	01	100%
Marta Suplicy	MDB	SP	10	01	10%
Regina Sousa	PT	PI	31	13	41,93%
Rose de Freitas	MDB (PODE)	ES	24	05	20,83%
Simone Tebet	MDB	MS	35	15	42,85%
Vanessa Grazziotin	PCdoB	AM	150	69	46%
<b>Total</b>			<b>621</b>	<b>273</b>	<b>43,96%</b>

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Senado Federal (2019).

Destaca-se que quase um terço dos pronunciamentos da maioria das senadoras se concentrou na sessão final de julgamento do pedido de impedimento da presidente Dilma Rousseff, iniciado em 25/08/2016 e finalizado em 31/08/2016.

**Tabela 2 - Frequência que as senadoras usaram a palavra entre 25/08/15 e 31/08/16**

Senadora	Partido	Número de pronunciamentos	Sobre o Impeachment	Nos dias 25 a 31/08/16
Ana Amélia	PP	109	33	07
Ângela Portela	PDT	14	13	03
Fátima Bezerra	PT	95	45	10
Gleisi Hoffmann	PT	85	48	10
Kátia Abreu	MDB (PP)	13	09	07
Lídice da Mata	PSB	31	10	08
Lúcia Vânia	PSB	23	11	05
Maria do Carmo Alves	DEM	01	01	0
Marta Suplicy	MDB	10	01	0
Regina Sousa	PT	31	13	07
Rose de Freitas	MDB (PODE)	24	05	02
Simone Tebet	MDB	35	15	06
Vanessa Grazziotin	PCdoB	150	69	19
<b>Total</b>		<b>621</b>	<b>273</b>	<b>84</b>

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Senado Federal (2019).

Além da ocupação da tribuna, várias delas inquiriram testemunhas e informantes, que compareceram à sessão convocados pela defesa e acusação; apresentaram e contraditaram questões de ordem; além de orientarem suas bancadas sobre como votar. A Tabela 2 mostra a concentração de pronunciamentos entre os dias 25 e 31 de agosto de 2016. Trata-se do período crucial sobre o debate parlamentar a respeito do impedimento.

## 5. FORMAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O GOLPE E AS CRISES POLÍTICAS

Tomou-se nesta análise o conceito de **golpe** como um **objeto**, nos termos de Foucault, onde busca-se nos enunciados a referência a esse mesmo **objeto** “por mais que se

manifestem de maneiras diferentes e estejam dispersos no tempo” para encontrar o conjunto. O **golpe** foi aludido em todos os pronunciamentos das parlamentares de esquerda, a exceção também de Lúcia Vânia. Quatro delas, uma de direita e três de centro, não pronunciaram a palavra em nenhuma manifestação oral.

Das 722 vezes que a palavra foi dita, 669 vezes foram pelas senadoras situadas no espectro ideológico de esquerda. Dentre as que estavam no espectro ideológico à direita, a referência ao **objeto** foi ou para se defender da tese de estarem aplicando um golpe parlamentar contra a presidente ou refutar a tese em si. A Tabela 3, a seguir mostra o número de vezes que as senadoras pronunciaram a palavra **golpe**.

**Tabela 3 – Frequência com que as senadoras pronunciaram a palavra GOLPE em seus pronunciamentos entre 02/12/15 e 31/08/16**

Senadora	Partido	Pronunciamentos sobre o <i>Impeachment</i>	Abordando golpe	Vezes que golpe foi pronunciado
Ana Amélia	PP	33	12	46
Ângela Portela	PDT	13	10	29
Fátima Bezerra	PT	45	30	285
Gleisi Hoffmann	PT	48	23	117
Kátia Abreu	MDB (PP)	09	0	0
Lídice da Mata	PSB	10	03	17
Lúcia Vânia	PSB	11	01	01
Maria do Carmo Alves	DEM	01	0	0
Marta Suplicy	MDB	01	0	0
Regina Sousa	PT	13	04	19
Rose de Freitas	MDB (PODE)	05	0	0
Simone Tebet	MDB	15	02	07

Vanessa Grazziotin	PCdoB	69	31	201
<b>Total</b>		<b>273</b>	<b>116</b>	<b>722</b>

Fonte: Elaborada própria, com base em dados do Senado Federal (2019).

Também foi a senadora de esquerda Fátima Bezerra quem mais lançou mão da palavra **golpe** em seus argumentos. Num total de 45 proferimentos, 30 trataram do tema e a

palavra foi falada 285 vezes; em média 9,5 vezes por momento de manifestação. Elencou-se como exemplos os do dia 29/03/2016, véspera da oitava dos denunciadores do processo na Comissão Especial do *Impeachment* na CD para prestar depoimento; e de 11/05/2016, dia em que o Senado iniciou a sessão que durou mais de 17 horas e findou com a aprovação da instauração do processo de impedimento, com o consequente afastamento da presidente Dilma Rousseff por 180 dias:

Isso não tem outro nome a não ser **golpe**. **Golpe! Golpe!** Não é **golpe** contra a Presidenta Dilma, é **golpe** contra a democracia, é **golpe** contra o Brasil (BEZERRA, 2016, p. 78, grifo nosso).

Os **golpistas** buscam tirar do poder a Presidenta Dilma Rousseff, democraticamente eleita (BEZERRA, 2016, p. 62, grifo nosso).

Depois de Fátima Bezerra, a senadora Vanessa Grazziotin foi a que mais usou o **objeto golpe** para defender a permanência de Dilma Rousseff na presidência da República. Dos 69 pronunciamentos sobre o *impeachment*, 31 trataram de **golpe** e a palavra foi pronunciada 201 vezes; 6,4 vezes, em média, por proferimento. Para exemplificar, abaixo trechos de 18/12/2015, dois dias depois das manifestações populares em pelo menos 23 cidades contra o *impeachment* e a favor da saída do presidente da Câmara, Eduardo Cunha; e em 31/03/2016, dia em que a CE do *Impeachment* na CD ouviu os argumentos de defesa da presidente Dilma:

Então, quando eles insistem nisso, mesmo não havendo a caracterização do crime, o que querem fazer é um **golpe** (GRAZZIOTIN, 2015, p. 77, grifo nosso).

Seguido à senadora Vanessa Grazziotin, a senadora Gleisi Hoffmann foi a terceira que mais abordou o **objeto golpe** para defender a presidente Dilma. Dos 48 pronunciamentos, 23 abordaram o tema do **golpe** e a palavra foi pronunciada 117 vezes, em média cinco vezes por proferimento. Os trechos elencados para exemplificar a análise foram os falados em 25/08/2016, sessão final do julgamento da presidente Dilma; e em 01/08/2016, véspera da votação do relatório do senador Antônio Anastasia na CE do *Impeachment*.

Está nas mãos do Senado da República fortalecer a nossa democracia ou **golpeá-la**. (HOFFMANN, 2016, p. 13, grifo nosso).

Se o Senado da República votar o processo de *impeachment* vai dar um **golpe**, sim, na Constituição. É um **golpe** parlamentar. (HOFFMANN, 2016, p.5, grifo nosso).

Em relação ao número de pronunciamentos, a senadora Ângela Portela usou a palavra **golpe** em uma média de três momentos por manifestação. Dos 13 pronunciamentos tratando do *impeachment*, dez abordaram o tema do **golpe**, especificamente; e a palavra foi

pronunciada 29 vezes. Na sessão plenária de 25/08/2016, na qual iniciou-se o julgamento da presidente Dilma, a senadora pronunciou a palavra **golpe** seis vezes. Também foi destacado o trecho do pronunciamento de 28/04/2016, dia em que os denunciantes prestaram depoimento na CE do *Impeachment* no Senado:

Trata-se de um **golpe** parlamentar - não há outra palavra possível -, urdido a partir de uma trama entre os derrotados de 2014 e Parlamentares comprovadamente envolvidos em corrupção. (PORTELA, 2016, p. 46, grifo nosso).

A senadora Ana Amélia citou a palavra **golpe** 46 vezes, distribuídos em 12 dos 33 proferimentos que abordaram o *impeachment*, para refutar a formação discursiva das senadoras situadas no espectro ideológico de esquerda. Buscava constituir a sua identidade discursiva (*ethos*) por meio do antagonismo (CHARAUDEAU, 2017). Para exemplificar, foram elencados os trechos dos pronunciamentos de 09/12/15, dia seguinte à decisão do ministro Luiz Edson Fachin, do STF, de suspender todo o processo na Câmara dos Deputados a fim de elaborar um rito válido constitucionalmente; e de 29/03/2016, véspera da oitava dos denunciantes do processo na CE do *Impeachment* na CD:

Eu trago aqui essa renovação ao dizer: não, não sou **golpista** (LEMOS, 2015, p. 273, grifo nosso).

Chega dessa lenga-lenga, com essa conversa mole, com esse realejo, com esse samba de uma nota só do **golpe**. (LEMOS, 2016, p. 18, grifo nosso).

Essa formação discursiva também foi contraditada pela senadora de centro, Simone Tebet, em dois pronunciamentos em que usou a palavra **golpe** no período recortado. Semelhante à senadora Ana Amélia argumentou que o impedimento era um mecanismo democrático. Abaixo, trecho de sua manifestação na sessão plenária de 11/05/2016, na qual foi aprovado o parecer para investigar a presidente da República e, por consequência, afastá-la do cargo por 180 dias. Também, o recorte da fala na sessão plenária de 09/08/2016, que durou mais de 17 horas e aprovou o relatório que julgava procedente a denúncia, por crime de responsabilidade, contra a presidente Dilma Rousseff:

Impeachment é previsto na Constituição. E este, em especial, não é **golpe**. Ele é constitucional. Ele foi regido nos mais amplos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal. (TEBET, 2016, p. 46, grifo nosso).

Somente Ana Amélia, de direita; e Simone Tebet, de centro, tomaram para si a tarefa de contestar abertamente as senadoras de esquerda. Rose de Freitas, fez a defesa apenas em um dos seus cinco pronunciamentos sobre o *impeachment* e de forma mais sutil. O tema de sua fala era seu descontentamento e as consequências advindas de nenhuma comissão estar funcionando na Câmara dos Deputados, até aquele mês de abril, devido à discussão do impedimento:

Eu já ouvi a opinião sobre a questão do impeachment, ouvi as correntes políticas e respeito aqueles que querem lutar, dizendo que **estamos atingindo a democracia**. O que atinge a democracia, o que insulta a Constituição é atitude como esta que nós estamos vendo (FREITAS, 2016, p.67, grifo nosso).

As outras parlamentares situadas no espectro ideológico à direita e centro não se prestaram a rejeitar o argumento de “golpe” em suas manifestações orais no plenário. Maria do Carmo Alves, Rose de Freitas, Kátia Abreu e Marta Suplicy sequer pronunciaram a palavra em suas exposições no período recortado. Por outro lado, dentre as senadoras de esquerda, Lúcia Vânia foi a única a refutar a tese de **golpe**. Pronunciou a palavra apenas uma vez, na última manifestação oral antes da votação derradeira do processo:

Tem-se repetido, com muita frequência, que está em curso um **golpe** parlamentar. [...] O que estamos discutindo aqui é se houve ou não um crime de responsabilidade pelo qual a Presidente deve ser definitivamente afastada de seu mandato. Isso não é golpe! (ABRÃO, 2016, p.41, grifo nosso).

A falta de assiduidade discursiva da maioria das parlamentares de direita e centro deixa tênue a possibilidade de apontar uma visão discursiva dessas senadoras. Ressalta-se que o presente estudo não se presta a emitir juízo de valor dos motivos dessa ausência. Kátia Abreu e Maria do Carmo Alves, até maio de 2016, exerciam cargos no Executivo federal e municipal, respectivamente; e Marta Suplicy e Rose de Freitas escolheram não abordar o tema, uma vez que dedicaram 10% e 20% do próprio tempo de fala, respectivamente, para tratar do assunto.

Recorrendo-se uma vez mais às ferramentas de Foucault (2015) para analisar os discursos a partir das regularidades da dispersão, em busca das unidades que se formam, se pode apontar a **crise econômica, social e política** como **objeto** dos pronunciamentos das senadoras favoráveis ao impedimento. Semelhante à formação discursiva de **golpe**, o **objeto** das parlamentares favoráveis ao impedimento também está diretamente relacionado à construção discursiva da imagem (*ethos*) da presidente Dilma, apresentada para a audiência, neste caso, como a pessoa que havia perdido o controle da governabilidade. No único pronunciamento que Maria do Carmo Alves fez, na sessão plenária de 11/05/2016, que julgou procedente investigar a presidente da República, o **objeto crise econômica** foi abordado:

A falta de governabilidade neste **momento de grave crise econômica** atingiu em cheio a classe trabalhadora brasileira, e hoje mais de 11 milhões de desempregados perambulam pelas ruas sem saber como voltar para casa sem o sustento de suas famílias (ALVES, 2016, p. 122, grifo nosso).

Também no único pronunciamento de Marta Suplicy sobre o impedimento, por coincidência na mesma sessão plenária de 11/05/2016, esta valeu-se do mesmo **objeto**,

conforme trecho abaixo. Cria o *logos* da gravidade da situação, argumentando que existe uma lógica para temer as crises provocadas pela condução irresponsável das finanças. E evoca os sentidos por meio de uma **lógica de equivalência** de esperança entre o impedimento e a superação de tais crises:

Isso é resultado de uma **gestão que comprometeu irresponsavelmente as finanças públicas**. Se, de um lado, temos uma **grave e profunda crise política e econômica**, é inegável que avança e cresce na população uma esperança: a esperança de podermos virar a página e de começarmos a recuperar o País (SUPLICY, 2016, p. 27, grifo nosso).

Além de enfatizar a crise na economia, Rose de Freitas também citou o **objeto crise política** como justificativa para apoiar o impedimento.

A **crise política** deste País, nós sabemos que ela **existe**. E ela é **responsável** também pela **paralisia da economia**. Esse é um fato concreto. Mas nós não podemos prolongar esse processo nem adiar para um futuro distante as medidas e os investimentos que permitam a retomada da nossa vida nacional (FREITAS, 2016, p. 67, grifo nosso).

Pode-se dizer que a formação discursiva das parlamentares favoráveis ao impedimento também se calcou na justificação de busca de uma saída para a crise, ao argumentarem que retirar a presidente da República do cargo poderia redundar na solução dos problemas econômicos, políticos e sociais vividos pela população. Por sua vez, as senadoras de esquerda se pronunciaram várias vezes para refutar esta formação discursiva e ratificar a delas, em uma disputa de argumentos, conforme recortado adiante.

Regina Sousa, assim como as demais senadoras da base aliada da presidente Dilma, em vários pronunciamentos, fez o contraponto à formação discursiva das senadoras de direita e centro, acusando os grupos opositores de conluio, comum em falas políticas, conforme Van Dijk (1997), para demover a presidente, como neste trecho proferido na sessão plenária na qual os advogados de acusação e defesa apresentaram as alegações finais e a matéria foi discutida.

Quero ainda desmontar o jargão que diz: "Nunca o Brasil viveu uma **crise** como esta". Em que país os senhores acusadores moravam de 1997 a 2002? Vou reavivar a memória de vocês (SOUSA, 2016, p.65, grifo nosso).

Vanessa Grazziotin buscou mostrar em suas falas que a crise econômica era mundial e que, portanto, não havia como responsabilizar a presidente. Argumentava que o impedimento se dava por questões políticas:

Além de problemas internos que tivemos em nosso País, **é uma crise que reflete a crise econômica internacional** que estourou nos Estados Unidos no ano de 2008.

Não se trata de uma crise brasileira, isoladamente (GRAZZIOTIN, 2016, p.15, grifo nosso).

Dentre as parlamentares contrárias ao impedimento, quem mais apresentou argumentos técnicos (*logos*) foi Gleisi Hoffmann. Entretanto, em várias falas buscou responsabilizar a oposição pelos problemas vividos, com ênfase no período em que o vice-presidente Michel Temer exerceu a presidência, com o afastamento de Dilma Rousseff, como no recorte a seguir.

Obviamente o Governo suspeito, ilegítimo e sem nenhuma credibilidade instalado atualmente no Brasil **só fez aprofundar a crise política nacional**, mergulhando o País na ingovernabilidade. (HOFFMANN, 2016, p. 23, grifo nosso).

Foucault (2015) diz que analisar as formações discursivas significa localizar os **objetos** de saber que surgem em seu “frescor de acontecimento”. Para o estudioso, quando se pode descrever a dispersão de enunciados e definir a regularidade de um mesmo **objeto**, se está diante de uma formação discursiva. Ensina Foucault que as regras de funcionamento de um discurso estão ligadas à sua respectiva formação discursiva. Convida a buscar entender que para além do que foi dito e daqueles que pronunciaram o que foi dito, importa compreender a que possibilidades ou impossibilidades enunciativas conduz o que foi dito (FOUCAULT, 2015, p. 158).

Convém retomar ainda algumas ideias apontadas anteriormente sobre os estudos feministas que destacam como os discursos políticos podem ser mobilizados para promover modelos mais inclusivos de representação política. Destacam-se, por exemplo as contribuições de Phillips (2001) e Young (2006). Apesar das diferenças de abordagens, ambas concordam que os sistemas representativos devem atuar para possibilitar que os grupos sub-representados sejam contemplados por meio de ações para promover a convergência entre as políticas de ideais, as políticas de presença e as políticas de diferença.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos da presente investigação foi identificar as principais formações discursivas no posicionamento das senadoras ao longo das discussões sobre o impedimento da presidente Dilma Rousseff. Seguindo o que Orlandi (2009) preconiza, procurou-se por trás da linearidade dos atos de fala, o modo como se organizavam os sentidos para descortinar as relações entre diferentes discursos.

Observou-se que a **formação discursiva** em torno da posição social secundária da mulher foi amplamente explorada pelas senadoras de esquerda, entretanto ignorada pela maioria das senadoras de centro e direita.

Somente duas senadoras favoráveis ao impedimento, uma de direita e outra de centro, abordaram o tema, salientando as donas-de-casa e suas responsabilidades em relação ao sustento da família, para evocar *possível empatia* nos ouvintes. As parlamentares de esquerda buscaram trazer para suas falas as mulheres que, de alguma maneira, obtiveram sucesso em seus empreendimentos, como outras políticas, atrizes, cantoras, professoras e poetas. Os aspectos de fragilidade das mulheres na sociedade foram usados pelas senadoras de esquerda para criticar a falta de medidas que pudessem solucionar os problemas sociais relacionados ao universo feminino, como estupro e violência doméstica.

Somente as senadoras de esquerda ponderaram que o impedimento era levado a cabo também porque a presidente era mulher. A **formação discursiva** exaustivamente explorada pelas senadoras de esquerda, *pari passu* à condição feminina da presidente, foi a de que o *impeachment* era um golpe parlamentar. A retórica de todas elas era de que um conluio da oposição não pretendia retirar apenas a pessoa Dilma Rousseff do poder e sim todo um projeto de governo implantado pela esquerda. E a maioria delas expressaram que se Dilma Rousseff fosse um homem, esta ou aquela medida não seria tomada pelos opositores.

A presente análise, ao delinear um panorama das formações discursivas das senadoras no processo do *impeachment*, destaca que embora as senadoras de esquerda tenham dedicado seus pronunciamentos para persuadir os senadores a votarem contra o impedimento não alcançaram seu objetivo.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, Lúcia Vânia. [Pronunciamento de 28 abr. 2016]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 57, 29 abr. 2016a. Nome parlamentar: Lúcia Vânia. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20381>. Acesso em: 18 jul. 2020.

ACHARD, Pierre. Discours et sociologie du langage. **Langage et société** 37, no. 1 (1986): 5-60.

ACHARD, Pierre. Formation discursive, dialogisme et sociologie. **Langages**, v.29, n.117, p.82-95, 1995.

ALVES, Maria do Carmo do Nascimento. [Pronunciamento de 11 maio 2016]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 64, 12 maio 2016a. Nome parlamentar: Maria do

Carmo Alves. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20397>. Acesso em: 18 jul. 2020.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, 2011.

BARROS, A. T.; BARBOSA, S. B. C. Respostas dos representantes políticos aos protestos de 2013: análise do discurso dos presidentes da República, do Senado e da Câmara dos Deputados. **Sociedade e Cultura**, v. 23, p. 1-48, 2020.

BARROS, A. T. O debate parlamentar sobre a Comissão Nacional da Verdade no Congresso Nacional brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, p. 1-27, 2020.

BEZERRA, Maria de Fátima. [Pronunciamento de 25 ago. 2015]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 70, n. 131, p. 477, 26 ago. 2015a. Nome parlamentar: Fátima Bezerra. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/19749?sequencia=477>. Acesso em: 18 jul. 2020.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BOLOGNESI, Bruno. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? **Paraná Eleitoral**, Curitiba, v.1, n.2, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/pe/article/view/42736/25894>. Acesso em: 13 nov. 2019.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Leo Peixoto (org.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. 2. ed. Porto Alegre: Ed. EdUPUCRS, 2014, p. 35-51.

BURITY, J. A. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, v. 12, p. 136-163, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2017.

CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábila; BOLOGNESI, Bruno. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. **Análise Social**, Lisboa, n.229, p. 870-897, 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. [S.l.]: Taylor & Francis e-Library, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. A ordem do discurso. 14. ed. São Paulo: edições Loyola, 2006a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006b.

FREITAS, Rosilda de. [Pronunciamento de 25 abr. 2016]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 54, p. 67, 26 abr. 2016a. Nome parlamentar: Rose de Freitas. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20378?sequencia=67>. Acesso em: 18 jul. 2020.

GRAZZIOTIN, Vanessa. [Pronunciamento de 03 dez. 2015]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 70, n. 196, p. 27, 19 dez. 2015a. Nome parlamentar: Vanessa Grazziotin. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/19942?sequencia=27>. Acesso em: 20 nov. 2020.

HOFFMANN, Gleisi Helena. [Pronunciamento de 14 dez. 2015]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 203, p. 107, 15 dez. 2015. Nome parlamentar: Gleisi Hoffmann. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/19969?sequencia=107>. Acesso em: 18 jul. 2020.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf). Acesso em: 30 abr. 2019.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Pedro Paulo Alves. Estratégias coligacionistas dos partidos de esquerda no Brasil: Uma análise das eleições para governadores (1986-2010). **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 12, p. 262-297, 2020.

LE MOS, Ana Amélia. [Pronunciamento de 3 dez. 2015]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 70, n. 196, p. 506, 4 dez. 2015a. Nome parlamentar: Ana Amélia. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/19942?sequencia=506>. Acesso em: 18 jul. 2020.

MATOS, Marlise. Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres novos horizontes para 2010? *In: Grupo de pesquisa Opinião Pública*. Belo Horizonte: UFMG, [2010].

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 20, p. 115-134, jun. 2003.

MOREIRA, Davi. Com a palavra os nobres deputados: ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros. *Dados*, v. 63, 2020.

MOREIRA, Davi Cordeiro. **Com a palavra os nobres deputados: frequência e ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MORENO, Jorge Bastos. **Ascensão e queda de Dilma Rousseff**: tuítes sobre os bastidores do governo petista e o diário da crise que levou à sua ruína. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX M. L'inquiétude du discours. Textes de Michel Pêcheux présentés par Denise Maldidier, Paris: Editions des Cendres, 1990.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista de Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>. Acesso: 14 nov. 2019.

PORTELA, Ângela Maria Gomes. [Pronunciamento de 15 dez. 2015]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 70, n. 204, p. 14, 16 dez. 2015a. Nome parlamentar: Ângela Portela. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/19989?sequencia=14>. Acesso em: 18 jul. 2020.

RICE, John Steadman. Discursive formation, life stories, and the emergence of co-dependency. *The Sociological Quarterly*, v. 33, no. 3, p. 337-364, 1992.

RODRIGUES, L. P. e MENDONÇA, D. (Orgs.). Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 35-51.

SASSIER, Monique. Genre, registre, formation discursive et corpus. *Langage et société*, v. 2, n.124, 2008,p. 39-57.

SILVA, Luiz Rogério Lopes; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Impeachment, Facebook e discurso de ódio: a incivildade e o desrespeito nas fanpages das senadoras da república. **Esferas**, Brasília, v. 1, n. 10, p.95-107, 2017.

SOUSA, Maria Regina. [Pronunciamento de 15 abr. 2016]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 49, p. 27, 16 abr. 2016a. Nome parlamentar: Regina Sousa. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20315?sequencia=27>. Acesso em: 18 jul. 2020.

SUPLICY, Marta Teresa. [Pronunciamento de 11 maio 2016]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 64, 12 maio 2016. Nome parlamentar: Marta Suplicy. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20397>. Acesso em: 18 jul. 2020.

TEBET, Simone Nassar. [Pronunciamento de 13 abr. 2016]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 47, p. 34, 14 abr. 2016a. Nome parlamentar: Simone Tebet. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20358?sequencia=34>. Acesso em: 18 jul. 2020.

VAN DIJK, T. A. What is political discourse analysis? **Belgian Journal of Linguistics**, [S.l.], v.11, n. 1, p.11-52, 1997.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n.67, p.139-190, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf/>. Acesso em: 15 nov. 2019.